

**JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA E UM DIÁLOGO CONCEITUAL****YOUTHS AND SOCIAL PARTICIPATION: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW AND A CONCEPTUAL DIALOGUE****JUVENTUDES Y PARTICIPACIÓN SOCIAL: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA Y UN DIÁLOGO CONCEPTUAL****Lucas Andrade Ananias**

Universidade Federal de Santa Maria

E-mail: [lucasandradeanacias@yahoo.com.br](mailto:lucasandradeanacias@yahoo.com.br)<https://orcid.org/0000-0001-7156-5859>**Resumo:**

Este artigo apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) e um diálogo conceitual baseado nas categorias juventudes e participação social. Seu objetivo geral é refletir a partir de uma RSL os recentes artigos acadêmicos que relacionam juventudes e participação social. Como metodologia, foi realizado o levantamento destas produções acadêmicas indexadas nos repositórios digitais da CAPES e da SciELO na área da educação com publicação entre os anos de 2016 e 2021, sistematizando os achados considerando autoria e ano, título, base de dados, revista acadêmica e sua respectiva qualis (quadriênio 2013-2016). Após a descrição dos critérios utilizados para a seleção do material, destacamos os seus objetivos, a metodologia e alguns dos resultados encontrados. A análise destas produções permitiu verificarmos que as abordagens dos artigos estavam voltadas à formação cidadã, à construção de consciência crítica e à participação social dos jovens diante de temáticas que afetam sua vida cotidiana, possibilitando a articulação entre os conceitos de juventudes e participação social a partir do engajamento, espaços de resistência, diversidade e territorialidade.

**Palavras-chave:** Juventudes, Participação Social, Revisão Sistemática de Literatura

**Abstract:**

This article presents a Systematic Literature Review (SLR) and a conceptual dialogue based on the categories of youth and social participation. Its main aim is, from an SLR, to reflect on some recent academic articles that relate youth and social participation. As a methodology, a survey of these academic productions indexed in the CAPES and SciELO digital repositories was carried out, focusing publication on the area of education between the years 2016 and 2021, systematizing the findings considering authorship and year, title, database, academic journal and their respective qualis classification (2013-2016 quadrennium). After describing the criteria used to select the material, we highlight their objectives, methodology

and some of the results found. From the analysis of these productions, it could be verified that the approaches of the articles were focused on citizen formation, on the construction of critical awareness and on the social participation of young people in the face of themes that affect their daily life, enabling the articulation between the concepts of youth and social participation from engagement, spaces of resistance, diversity and territoriality.

**Keywords:** Youth, Social Participation, Systematic Literature Review

### **Resumen:**

Este artículo presenta una Revisión Sistemática de la Literatura (RSL) y un diálogo conceptual a partir de las categorías de juventud y de participación social. Su principal objetivo es, a partir de una SLR, reflexionar sobre artículos académicos recientes que relacionan juventud y participación social. Como metodología, se realizó una inspección de estas producciones académicas indexadas en los repositorios digitales CAPES y SciELO, con un enfoque en la publicación de artículos en el área educativa entre los años 2016 y 2021, sistematizando los hallazgos de acuerdo con autoría, año, título, base de datos, revista académica y su respectiva clasificación de calificaciones (cuatrienio 2013-2016). Tras describir los criterios utilizados para seleccionar el material, destacamos sus objetivos, metodología y algunos de los resultados encontrados. Del análisis de estas producciones, se pudo verificar que los planteamientos de los artículos estuvieron enfocados en la formación ciudadana, en la construcción de la conciencia crítica y en la participación social de los jóvenes frente a temas que afectan su vida cotidiana, posibilitando la articulación entre los conceptos de juventud y participación social a partir del compromiso, los espacios de resistencia, la diversidad y la territorialidad.

**Palabras clave:** Juventud, Participación Social, Revisión Sistemática de la Literatura

### **Introdução**

A identificação, o registro e a categorização das produções acadêmicas a partir de uma determinada temática é importante no processo da construção do conhecimento científico (MOROSINI; FERNANDES, 2014). Por esta razão, o pesquisador deve recorrer aos repositórios digitais na busca por produções que auxiliem na fundamentação teórica de sua problemática.

A realização de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) a partir da catalogação de artigos científicos beneficia a comunidade acadêmica porque poupa tempo e esforço de outros estudiosos que se deparam com um grande corpo de literatura. Tal revisão deve ser transparente e admitir possíveis limitações nos procedimentos realizados. Não se trata apenas de compilar ou resumir material, mas trazer elementos de análise crítica atendendo aos requisitos do rigor científico (OKOLI, 2019).

Uma investigação científica inicia-se “[...] por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais.” (MINAYO, 2009, p. 16). Muitas vezes, a definição do problema de pesquisa torna-se um obstáculo ao pesquisador, que embora tenha consciência sobre o que pretende pesquisar, não manifesta

repertório suficiente para dar conta de seus interesses. Ao tomarmos as categorias juventudes<sup>1</sup> e participação social como foco de pesquisa, compreendemos que estabelecer aproximações conceituais é uma necessidade para fomentar reflexões e indicar possibilidades de caminhos no campo acadêmico.

Alguns trabalhos destacam-se quando se fala em RSL, como os artigos apresentados por Pellizzer (2016) e Oliveira (2021). No primeiro artigo, a autora apresenta contribuições sobre a relação juventude e Ensino Médio a partir das edições da ANPEd Sul no período situado entre 1998 e 2014. Ao mapear dez edições do evento, foram encontrados dezenove relatos nos grupos de trabalho que apresentavam os descritores “jovens”, “juventude” e “Ensino Médio”. Esta pesquisa trouxe dentre seus resultados “[...] perspectivas relevantes sobre quem são os jovens estudantes inseridos no cotidiano escolar, o que pensam sobre suas escolas e quais relações estão construindo com seus professores na região sul do país.” (PELLIZZER, 2016, p. 58). No segundo artigo, Oliveira (2021) apresenta o Estado da Arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras a partir dos descritores “juventudes” e “jovens” no período situado entre 2010 e 2019. Trata-se de um recorte posterior à publicação de Pellizzer (2016), denotando o movimento neste campo de pesquisa.

Outras publicações relacionadas à temática das juventudes também são relevantes e ainda mais específicas. Sandes e Alves (2021) trazem um panorama sobre a juventude rural a partir das bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), CAPES e Google Scholar, realizando a coleta de artigos que passaram por pares de pareceristas para assegurar qualidade, consistência e confiabilidade na avaliação de seus conteúdos. Os autores apresentam critérios de inclusão e exclusão que permitiram a seleção de 60 publicações nos últimos 10 anos. Quinteiro e Alves (2022), por sua vez, abordam as juventudes em conflito com a lei a partir de uma RSL sobre a política da socioeducação em meio aberto. Os critérios de inclusão e exclusão são apresentados neste artigo e 34 trabalhos considerados relevantes para a análise dos autores foram categorizados conforme os objetivos propostos no estudo.

Neste artigo, consideramos a variabilidade dos critérios que são utilizados para uma RSL, pois elas “[...] podem e são conduzidas com diferentes padrões de rigor, que variam de pouco mais do que uma bibliografia anotada até sínteses cientificamente rigorosas de um corpo de pesquisas primárias.” (OKOLI, 2019, p. 07). Ao mesmo tempo em que realizamos esta RSL, apresentando os objetivos, a metodologia e alguns dos resultados destas produções, refletimos sobre as categorias juventudes e participação social.

Como objetivo geral deste artigo, temos: - refletir a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura os recentes artigos acadêmicos que relacionam juventudes e participação social. Como objetivos específicos, consideramos: - identificar as estratégias de busca e filtros utilizados nos repositórios digitais CAPES e SciELO; - apresentar alguns dos principais achados das produções acadêmicas encontradas na Revisão de Sistemática de Literatura; - analisar os estudos de juventudes e participação social considerando as produções acadêmicas encontradas na Revisão de Sistemática de Literatura.

Em um primeiro momento, apresentaremos os procedimentos realizados por ocasião da aplicação dos filtros e os dados encontrados na consulta nos repositórios digitais das bases

---

<sup>1</sup> Em nossos estudos, consideramos o conceito em sua pluralidade, isto é, “Juventudes”. No entanto, para a realização desta RSL, utilizamos a pesquisa em seu singular, o que permitiu catalogar um maior número de produções acadêmicas.

CAPES<sup>2</sup> e SciELO<sup>3</sup>. Posteriormente, os artigos catalogados serão apresentados a partir de seus principais achados, buscando evidenciar o modo como os pesquisadores aproximaram as categorias em questão. Por fim, analisamos sobre as categorias juventudes e participação social em uma breve análise crítica baseada nos referenciais teóricos com os quais trabalhamos, tais como Freire (1987), Melucci (1997), Carrano (2012), entre outros.

### Repositórios digitais consultados

Para a realização deste levantamento de produções acadêmicas, foram consultadas as bases CAPES e SciELO no dia 05 de março de 2022. Foram considerados os artigos publicados entre os anos de 2016 e 2021, compreendendo uma margem de cinco anos. Entretanto, após a aplicação dos filtros, constatamos que os artigos que atenderam aos critérios de seleção foram publicados entre os anos de 2017 e 2019.

Os filtros aplicados na base de dados CAPES foram os seguintes: Disponibilidade: Periódicos revisados por pares; País: Brasil; Todos os idiomas foram selecionados; Tipo de recurso: Artigo; Assunto: Educação, *Education* ou *Education & Educational research*. Ao aplicar o filtro de busca “Assunto contém Juventude”, foram encontrados 76 artigos científicos. Quando o filtro de busca foi substituído por “Assunto contém Participação social”, foram encontrados 12 artigos científicos. E aplicando o filtro de busca “Assunto contém Juventude e Participação social”, foram encontrados 9 artigos científicos.

Os filtros aplicados na base de dados SciELO foram os seguintes: País: Brasil; Todos os idiomas; Tipo de literatura: Artigo; *Web of Science* Áreas Temáticas: *Education* ou *Educational*. Ao aplicar o filtro de busca “Juventude”, foram encontrados 81 artigos científicos. Quando o filtro de busca foi substituído por “Participação social”, foram encontrados 130 artigos científicos. E aplicando o filtro de busca “Juventude e Participação social”, foram encontrados 5 artigos científicos.

Para esta RSL, optamos pela análise dos artigos que estabeleçam um diálogo entre “Juventude” e “Participação Social”. Desta forma, chegamos ao número de 14 artigos científicos, isto é, os 9 artigos encontrados no banco de dados da CAPES e os 5 artigos encontrados no banco de dados da SciELO. Observamos então que dois artigos estavam repetidos tanto na base CAPES quanto na base SciELO. Por esta razão, foram contabilizados apenas uma vez, levando-nos ao número de 12 artigos científicos.

O quadro 1 apresenta os artigos considerando autoria e ano, título, base, revista e sua respectiva classificação qualis na área da educação no quadriênio 2013-2016.

**Quadro 1 – Bibliografia sistematizada**

Nº	Autoria e ano	Título	Base	Revista acadêmica	Qualis
01	Figueiredo <i>et al.</i> (2017)	<i>Discusión y construcción de la categoría teórica de vulnerabilidad social</i>	CAPES	Cadernos de Pesquisa	A1
02	Corsino e Zan (2017)	A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica	CAPES	ETD - Educação Temática Digital	A1
03	Leite (2017)	No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e	CAPES	ETD - Educação Temática Digital	A1

<sup>2</sup> CAPES: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez47.periodicos.capes.gov.br/index.php>

<sup>3</sup> SciELO: <https://scielo.org/>

		desconstrução em narrativas das ocupações			
04	Severo e Segundo (2017)	#Ocupatadors - Socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul	CAPES	ETD - Educação Temática Digital	A1
05	Brenner (2018)	Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos	SciELO	Pró-Posições	A1
06	Petrola e Nascimento (2018)	Participação e sustentabilidade: reflexões sobre uma pesquisa-intervenção com jovens no semiárido cearense	CAPES	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis	B3
07	Santibañez (2018)	Ativismo da Juventude no Chile: das desigualdades educacionais urbanas às experiências de convivência e de solidariedade	SciELO	Educação & Realidade	A1
08	Okado, Ribeiro, Lazare (2018)	Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil	CAPES e SciELO	Pró-Posições	A1
09	Martins e Barros (2018)	Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro	CAPES	Revista de Sociologia e Política	A2
10	Lucena, Caramelo, Silva (2019)	Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo	SciELO	Cadernos de Pesquisa	A1
11	Gouvea (2019)	Fontes para escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant	CAPES e SciELO	Pró-Posições	A1
12	Silva, Baptista e Siqueira (2019)	A Conferência de Puebla: contexto e papel da juventude e da educação	CAPES	Horizonte	B1

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2022).

Para o exercício da análise dos artigos encontrados, consideramos apenas os artigos publicados em periódicos com classificação qualis A1 ou A2. Assim, restringimos para 10 o número de produções acadêmicas selecionadas nesta RSL.

Foi realizada a leitura dos artigos encontrados neste levantamento de dados, com ênfase nos resumos, nas palavras-chave, na introdução, nos capítulos teórico-metodológicos e nas considerações finais. A síntese dos principais achados nos artigos avaliados está apresentada no quadro 2, trazendo autoria e ano, título, objetivo, metodologia e alguns resultados. É a partir desta sistematização que apresentaremos a avaliação e discussão dos artigos selecionados.

**Quadro 2** – Síntese dos principais achados nos artigos avaliados

Nº	Autoria e ano	Título	Objetivo	Metodologia	Alguns resultados
01	Figueiredo <i>et al.</i> (2017)	<i>Discusión y construcción de la categoría teórica de vulnerabilidad social</i>	De acordo com o resumo, o objetivo do artigo é analisar a categoria de vulnerabilidade social e	- Fase exploratória com coleta de dados qualitativos - Investigação-ação participante - IAP - Questionários estruturados	Constatação da categoria de exclusão como principal condicionante de vulnerabilidade social a partir de dimensões sociais, ideológicas,

			apresentar os resultados de uma pesquisa realizada nas favelas do Rio de Janeiro	- Diário de campo - Análise estatística a partir do <i>software</i> SPSS ( <i>Statistical Package for the Social Sciences</i> )	jurídico-legais e de extremos, como o extermínio influenciados por políticas de “segurança” e favoráveis a uma “integração social” que, na realidade, seria contraditória.
02	Corsino e Zan (2017)	A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica	Apresentar uma reflexão acerca da experiência de um pesquisador em ocupação realizada por jovens estudantes em uma escola da rede estadual de São Paulo	- Pesquisa etnográfica - Diário de campo	Constatação da autonomia dos jovens ocupantes em um ambiente democrático que se estabeleceu nas relações cotidianas e eventos como aulas e oficinas, contribuindo a uma efetiva reflexão dos estudantes em relação à construção de uma escola democrática.
03	Leite (2017)	No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações	Apresentar a síntese das discussões desenvolvidas sobre as narrativas de estudantes entrevistados acerca da identificação da juventude	- 6 entrevistas (1 individual e 5 coletivas) - Roteiro semiestruturado - Discussão em perspectiva desconstrutora e interseccional	Relevância da identificação de gênero na contingência pesquisada e constatação de que os movimentos impõem a necessidade de abertura a novas possibilidades de ativismo político.
04	Severo e Segundo (2017)	#Ocupatadors - Socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul	Analisar a socialização política como principal categoria experiencial das ocupações	- Método documentário - 9 grupos de discussão com estudantes - 56 questionários semiestruturados - Método documentário - O fim da coleta de dados deu-se a partir da saturação	Processo de apropriação da capacidade de agência dos estudantes mobilizados e a compreensão consciente do ambiente escolar como público, gerando um sentimento de responsabilidade.
05	Brenner (2018)	Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos	- Explorar aspectos da constituição do fenômeno do engajamento juvenil	- Entrevistas biográficas - 21 jovens estudantes militantes de partidos políticos - Conteúdos agrupados em	A escola como espaço de socialização política e construção de disposições ao engajamento e lugar de transformação.

				categorias a partir dos eixos analíticos da pesquisa	
06	Santibañez (2018)	Ativismo da Juventude no Chile: das desigualdades educacionais urbanas às experiências de convivência e de solidariedade	Compreender o surgimento do movimento dos Pinguins ao examiná-lo como um processo construtor de identidade coletiva	- Abordagem qualitativa - 24 entrevistas com ativistas estudantis localizados a partir do processo bola de neve	Reconhecimento da educação para a cidadania como um espaço aberto, envolvendo diferentes lugares, escalas e territorialidades.
07	Okado, Ribeiro, Lazare (2018)	Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil	Analisar os efeitos da transição para a vida adulta e a identificação partidária no Brasil	- Utilização de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro produzido pelo CESOP/Unicamp	Inexistência de diferenças significativas na identificação partidária, seja ela afetiva ou racional, manifestada por jovens e adultos.
08	Martins e Barros (2018)	Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro	Analisar os impactos de uma experiência concreta de educação política para o segmento juvenil promovida pela Câmara dos Deputados	- Abordagem qualitativo - Levantamento do tipo <i>survey</i> - 173 respostas a um questionário online - Análise de conteúdo	Além da formação política proporcionada pela experiência de simulação parlamentar, destacam-se uma capacidade analítica, maior compreensão da política e da atividade parlamentar.
09	Lucena, Caramelo, Silva (2019)	Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo	Identificar os saberes que os sujeitos construíram na participação em um movimento social e a maneira como esses saberes foram produzidos	- Abordagem qualitativa - 6 entrevistas semiestruturada - Método da história de vida - Análise de conteúdo	Existência de um caráter sociopolítico e de um caráter político-econômico no campo onde se desenvolvem as lutas de movimentos estudantis.
10	Gouvea (2019)	Fontes para escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant	- Apreender como os marcadores de gênero e geração informam as experiências sociais relatadas pelas autoras e como origem familiar, condição	- Dois estudos de diários	Resgate das singularidades dos registros em diários para compreender algumas possibilidades e limites da participação na vida social da juventude feminina em um determinado período sócio-histórico.

			socioeconômica e local de nascimento e moradia, dentre outros fatores, conferem a cada escrita um caráter singular.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2022).

Após a realização da bibliografia sistematizada e da síntese dos principais achados nos artigos avaliados, passamos para a análise das produções acadêmicas encontradas a partir dos critérios apresentados. Para melhor organização da análise, os artigos estão agrupados conforme as revistas em que foram publicados:

- Artigos publicados na Revista Cadernos de Pesquisa: Figueiredo *et al.* (2017) e Lucena, Caramelo, Silva (2019);
- Artigos publicados na Revista ETD - Educação Temática Digital: Corsino e Zan (2017), Leite (2017) e Severo e Segundo (2017);
- Artigos publicados na Revista Pró-Posições: Brenner (2018), Okado, Ribeiro, Lazare (2018) e Gouvea (2019);
- Artigos publicados nas revistas Educação & Realidade e Revista de Sociologia e Política: Santibañez (2018) e Martins e Barros (2018).

### Artigos publicados na Revista Cadernos de Pesquisa

O primeiro artigo a ser analisado é de Figueiredo *et al.* (2017), que inicia sua discussão conceituando e estabelecendo relações entre as definições de jovens, de juventudes e de vulnerabilidades, recorrendo à Abramo (2005) e ao conceito adotado pela Secretaria Nacional de Juventude do Brasil (BRASIL, 2014) na abordagem sobre condição juvenil em uma dimensão histórico-geracional que considera aspectos sociais, de gênero, de classe, de etnia, entre outros. Os autores também recorrem à etimologia da palavra vulnerabilidade, problematizando-a e entendendo-a como danos e desestabilização mediante relações de poder.

No campo metodológico desta pesquisa, os autores destacam o seu desenvolvimento a partir do diálogo com educadores na elaboração dos instrumentos de levantamento de dados e posterior criação de um espaço para um diálogo reflexivo em conjunto. Apenas após este momento houve o tratamento, a sistematização estatística e a interpretação dos dados coletados. De acordo com os autores, “As pessoas não são vulneráveis, mas são vulnerabilizadas por contextos que reproduzem mecanismos de desigualdade e exclusão social necessários para a manutenção da ordem socioeconômica vigente<sup>4</sup>”. (p. 816, tradução nossa). Os resultados da pesquisa problematizam importantes questões como exclusão e vulnerabilidade social das juventudes.

Na sequência, analisamos o artigo de Lucena, Caramelo, Silva (2019). A partir de uma pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas para obter as

<sup>4</sup> Original: “Las personas no son las vulnerables, sino que se encuentran vulnerabilizadas por contextos que reproducen mecanismos de desigualdad y exclusión social necesarios para el mantenimiento del orden socioeconómico vigente.”.

narrativas de seis jovens participantes do Levante Popular da Juventude<sup>5</sup>. Dividido em três partes, o artigo discute a função educativa dos movimentos sociais, descreve o percurso metodológico da pesquisa e apresenta a análise das entrevistas abordando o processo educativo orientado pela pedagogia dialógica e pelos saberes construídos da experiência na participação nos movimentos.

Como resultados, as autoras pontuam que a emancipação dos sujeitos que vivenciam a experiência educativa em movimentos sociais de modo consciente da realidade regional e global foi um dos aspectos que a pesquisa permitiu compreender. Neste sentido, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária depende de transformações sociais resultantes de processos educativos em movimentos sociais, com destaque às trocas de saberes e às práticas de educação popular. Também se observa a identificação de um caráter sociopolítico nas ações do movimento, manifestado pela diversidade de seus atores (negros e negras, diversidade sexual e de gênero, mulheres) e um caráter político-econômico baseado na luta de classes.

### **Artigos publicados na Revista ETD - Educação Temática Digital**

Os artigos seguintes, de autoria de Corsino e Zan (2017), Leite (2017) e Severo e Segundo (2017) foram publicados na Revista ETD - Educação Temática Digital, publicação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estes trabalhos constituíram parte do dossiê “(Des)ocupar é resistir?”, cujos temas procuravam estabelecer um diálogo entre políticas educacionais e mobilizações estudantis. O dossiê teve vinte artigos publicados, os quais também versavam sobre temáticas como “[...] a política de reorganização escolar do governo de São Paulo, as múltiplas dimensões da sexualidade e o ciberespaço nos novos movimentos políticos.” (JÚNIOR; JÚNIOR; MONTEIRO, 2017, p. 4).

Corsino e Zan (2017) abordam o fenômeno da ocupação de cerca de 213 escolas da rede estadual de São Paulo no ano de 2015. Estas ocupações decorreram do anúncio do fechamento de 94 escolas, o que acarretaria a transferência dos estudantes para outras instituições de ensino. Dentre os argumentos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a medida seria uma “reorganização escolar” justificada pela diminuição do número de matrículas e dados provenientes do estudo *Análise da política pública de reorganização escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*<sup>6</sup>, que apontava que alunos de escolas de ciclo único obteriam um rendimento superior a 10% nos níveis de aprendizagem.

Na contextualização dos autores do artigo, sublinha-se o posicionamento contrário de instituições como universidades e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Concomitantemente, a resposta dos alunos à reorganização sem diálogo levou às ocupações, que tiveram ampla divulgação midiática na época. Foi a oportunidade para estabelecer relações entre a pesquisa de doutorado que estava sendo desenvolvida pelo autor do artigo com o fenômeno das ocupações. A partir de uma pesquisa etnográfica, de observações e de registros em diários de campo, foi possível a inserção do pesquisador no

---

<sup>5</sup> O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira. Disponível em: <https://levante.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/12/reorganizac3a7c3a3o-sp-anc3a1lise-da-ufabc.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

cotidiano das escolas ocupadas. O acompanhamento das manifestações, cercadas de incertezas sobre o seu desfecho, resultou na constatação de um sentido democrático por parte dos jovens que se engajaram em uma causa em comum, na qual se observaram organização das ações e tomadas de decisões amparadas por um viés reflexivo.

Leite (2017) relata que sua pesquisa em andamento, que até então acompanhava a reestruturação do grêmio estudantil de um colégio público estadual do Rio de Janeiro, foi surpreendida pelas ocupações nas escolas. Em seus estudos, a autora observava a dificuldade de organização política por parte do corpo discente. No entanto, as ocupações deram novo fôlego à sua pesquisa. Visitas às escolas e entrevistas com ativistas foram realizadas, trazendo dados importantes como a relevância da identificação de questões de gênero e pertinência de uma perspectiva desconstrutora.

As discussões sobre narrativas dos estudantes entrevistados por Leite (2017) foram sintetizadas em seu artigo ao mesmo tempo em que se reconheceu a multiplicidade de experiências das juventudes. A autora destaca a construção de sentidos atribuídos aos gêneros como responsável pela identificação/construção social das juventudes, embora nem todos os indivíduos pertencentes a esta categoria participem de jogos político-sociais com o mesmo poder. Assim, “[...] a depender da relevância política da identificação/significação em questão, pode se tratar de processos altamente disputados, como no caso do gênero, da sexualidade, da raça ou da idade.” (p. 28). Com isto, a autora infere que as interações entre os estudantes e o seu entrelaçamento com movimentos políticos estão relacionados à identificação de pertencimento a determinados grupos que participam de pautas de engajamento.

No artigo de Severo e Segundo (2017) encontram-se dados de uma pesquisa realizada nas cidades de Pelotas e Rio Grande, municípios localizados na região Sul do estado do Rio Grande do Sul. A partir de grupos de discussão e questionários semiestruturados, os autores problematizam o processo de socialização política considerando as ocupações como ações estudantis diante de uma pauta material e simbólica decorrente de um sentimento de responsabilidade por parte de um movimento social organizado. Os autores contextualizam as ocupações citando como algumas de suas motivações a falta de investimento em educação e a precarização da estrutura de ensino como um todo.

A partir dos dados coletados, os autores trazem que o engajamento dos estudantes começou diante de uma preocupação política relacionada ao ambiente escolar, questões de infraestrutura, parcelamento salarial dos professores e “[...] consolidação de laços sociais de amizade com os colegas e exemplo das lideranças” (p. 93), demonstrando que a presença de figuras de referências aos jovens incentiva a mobilização e o movimento político. Eles compreenderam ainda que

[...] a socialização política dos estudantes se deu em um processo de interação em rede com outros grupos e entre estudantes de diversas escolas e cidades que deram sustentação às mobilizações, assim como com a população em geral, seja em processos dialógicos ou conflituos, revelando que a ação destes sujeitos contém uma dimensão estratégica revelada na construção das pautas, na auto-organização, no controle e na crítica dos processos de filiação partidária (SEVERO; SEGUNDO, 2017, p. 93).

Realizada a avaliação dos artigos de Corsino e Zan (2017), Leite (2017) e Severo e Segundo (2017), verifica-se que as três publicações do dossiê “(Des)ocupar é resistir?” utilizam a categoria juventude, em sua singularidade, como uma de suas palavras-chave. Também foram utilizadas as palavras-chave democracia, participação política e movimento social.

### **Artigos publicados na Revista Pró-Posições**

Na sequência, consideraremos os artigos de Brenner (2018), Okado, Ribeiro, Lazare (2018) e Gouvea (2019) publicados na Revista Pró-Posições, também da Faculdade de Educação da Unicamp. Enquanto de Brenner (2018) e Okado, Ribeiro, Lazare (2018) relacionam a questão dos movimentos de juventudes com o partidarismo político, Gouvea (2019) aborda a participação social da juventude feminina utilizando diários como fonte de pesquisa.

Brenner (2018) revisita dados de sua tese de doutorado defendida em 2011 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) intitulada *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários* para situar o leitor de que apenas recentemente as formas e conteúdo do engajamento juvenil têm se tornado um campo de estudo nas áreas de ciências humanas e sociais. A autora reconhece que a discussão acadêmica sobre engajamento nos estudos brasileiros ainda tem um caminho a ser percorrido.

A Sociologia, para além de definir o conceito de engajamento, busca compreender as razões e os motivos que levam um indivíduo a se engajar em associações, grupos e movimentos sociais. Não se nasce militante, torna-se um, e, em torno dessa ideia, constituíram-se algumas correntes de explicação sociológica ao engajamento. (BRENNER, 2018, p. 240).

Na introdução de seu trabalho, Brenner (2018) contextualiza quatro aspectos distintos para o engajamento, os quais estão relacionados à disponibilidade, formação e ativação de redes de mobilização, motivação e remoção de barreiras à participação. Posteriormente, são apresentadas algumas considerações metodológicas, partindo-se das entrevistas bibliográficas como instrumento para o levantamento de dados, construção do perfil e categorização dos conteúdos em eixos analíticos “[...] relacionados com socializações, construção de disposições ao engajamento, espaços e práticas de militância e deslocamentos do engajamento em partidos políticos: perfil, experiências familiares, experiências escolares, militância para dentro e militância para fora do partido.” (p. 246). Dentre os resultados, destaca-se a constatação de que a escola representou aos jovens um espaço de socialização política e construção de condições para o engajamento que se seguiu em suas trajetórias de vida, o que dialoga com alguns dos resultados apresentados nos artigos do dossiê “(Des)ocupar é resistir?” e abre perspectivas para novos pensares sobre a relação entre escola, juventudes e engajamento.

O artigo de Okado, Ribeiro, Lazare (2018) trabalha com o conceito de identificação partidária<sup>7</sup>, refletindo sobre a socialização política de modo a estabelecer relações entre as

---

<sup>7</sup> Os autores utilizam a sigla IP ao referirem-se à identificação partidária.

experiências vividas durante a juventude como condicionantes que aproximam os indivíduos de partidos políticos. A investigação utiliza o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) na tentativa de “[...] verificar em que medida os marcadores de socialização para a vida adulta são preditores relevantes da IP no contexto brasileiro.” (p. 269). Para tanto, preocupa-se em discutir significados e conteúdo da identificação partidária, bem como a definição de juventudes utilizadas, baseada no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e autores como Sposito (1993) e Abad (2002).

Após explicar os caminhos metodológicos, os autores apresentam as variáveis consideradas em sua investigação, dentre elas a escolaridade. A partir de uma amostra de 4.000 jovens referente ao ESEB realizado nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, eles discutem a Frequência da Identificação Partidária no Brasil. Na avaliação de Okado, Ribeiro, Lazare (2018), permanece uma capacidade por parte dos partidos políticos brasileiros de criar laços de identificação mais estáveis e duradouros com o eleitorado, “[...] o que faz com que a IP seja um fenômeno mais relacionado a conjunturas políticas específicas do que a processos de longa duração, como a socialização política.” (p. 289).

O último artigo publicado na Revista *Pró-Posições* a ser analisado foi elaborado por Gouvea (2019) e defende o diário como fonte que destaca a história social. A sua escrita singular registra a participação social dos indivíduos, permitindo uma análise do entrelaçamento de marcas como gênero, classe, etnia e geração. A análise da autora está primeiramente ancorada na explicitação de conceitos de gênero e geração. Posteriormente, há uma problematização sobre o caráter biológico que se utiliza para justificar relações de dominação. A autora considera as dimensões de geração e de gênero para resgatar a construção sociocultural da juventude feminina.

Como metodologia, utiliza a análise de dois diários escritos por meninas-moças de 13 e de 16 anos de idade nos primeiros anos da República no Brasil. São registros que ajudam a explicar a condição feminina “[...] no entrecruzamento com a posição econômica e o pertencimento racial” (GOUVEA, 2019, p. 14), permitindo uma reflexão sobre questões cotidianas, comportamentos e experiências sociais em um momento sócio-histórico anterior que ainda reverbera na condição juvenil e feminina.

### **Artigos publicados nas revistas *Educação & Realidade* e *Revista de Sociologia e Política***

O artigo de Santibañez (2018) resgata algumas mobilizações estudantis ocorridas nos últimos dez anos no Chile, de modo a situar o leitor sobre “[...] a natureza do processo de transição democrática no contexto chileno ao legitimar os protestos políticos e a mobilização pública como elementos cruciais para a construção da democracia e de novas formas de engajamento e cidadania.” (p. 838). No entanto, a autora pondera que ainda há um déficit democrático em nível institucional, considerando que a participação juvenil em sociedades democráticas remete a novas formas de engajamento político, às margens dos partidos tradicionais.

Com base em um estudo qualitativo interdisciplinar sobre espaço e política no movimento estudantil chileno, Santibañez (2018) realiza entrevistas com ativistas estudantis, professores, legisladores e docentes universitários. O método bola de neve<sup>8</sup> foi escolhido para

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma técnica de amostra não probabilística utilizada em pesquisas nas ciências sociais a partir da qual os participantes identificam outros participantes e assim sucessivamente até que seja alcançado o objetivo proposto, isto é, um ponto de saturação.

encontrar e contatar os estudantes que estiveram envolvidos em mobilizações estudantis. A identificação geográfica da origem dos estudantes pesquisados levou à conclusão de que a “[...] territorialidade articula diferentes combinações e práticas de cidadania nas escolas.” (p. 857). A pesquisa também reconhece a complexidade das diversas formas de engajamento político e ativismo, constatando a existência de uma relação entre educação e cidadania, isto é, o reconhecimento cívico, que tem como uma de suas bases a origem socioeconômica dos estudantes.

O último artigo a ser analisado é de Martins e Barros (2018), que analisa relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). A partir de um questionário online, apêndice que consta após as referências do artigo, foi analisada a percepção dos jovens em relação a esta experiência ao longo de dez anos (entre 2004 e 2013). Os impactos efetivos do PJB na vida cotidiana, como a contribuição da experiência para a formação política e outros destaques, foram algumas das 31 questões respondidas por 173 egressos, o que correspondeu a 22,67% dos jovens participantes do PJB no período analisado.

Alguns aspectos de natureza cognitiva chamaram a atenção dos pesquisadores, pois os próprios jovens responderam que a partir da participação no PJB, houve um desenvolvimento da capacidade analítica, maior discernimento e senso crítico sobre questões de natureza política, o que em diálogo com o referencial teórico adotado pelos autores, “[...] demonstra a capacidade formativa da metodologia de simulação baseada no protagonismo e, por outro lado, indica um baixo nível de conhecimento anterior dos jovens acerca das instituições políticas e do funcionamento do sistema representativo.” (p. 70).

### **Juventude e participação social: um diálogo conceitual**

A avaliação da qualidade de produções acadêmicas é certamente um desafio, considerando as diferentes perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelos pesquisadores. A análise dos trabalhos encontrados nos bancos de dados das bases CAPES e SciELO realizada neste artigo permitiu-nos a identificação do modo como os autores destas produções acadêmicas têm organizado suas ideias na aproximação dos conceitos de juventudes e de participação social, contribuindo em uma construção teórica. No decorrer desta análise, realizaremos algumas pontuações e inferências baseadas nos referenciais teóricos que adotamos para pensar estas categorias.

A partir da articulação dos artigos selecionados, é possível estabelecer um diálogo conceitual. Ao pensarmos sobre as juventudes, recorreremos primeiramente à sua definição como faixa etária. Para fins legais, segue-se a Lei Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventudes, a partir da qual o Brasil considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Trata-se da mesma referência utilizada por Okado, Ribeiro, Lazare (2018). No entanto, as juventudes não se restringem a uma condição biológica, pois estamos abordando um construto que também é simbólico (MELUCCI, 1997). E ao pensarmos sobre a participação social, recorreremos à ação que, nas palavras de Arendt (2007), é atividade política por excelência.

De acordo com Castro (2008), pertencimento e responsabilização são conceitos que permitem compreender a dinâmica da participação social e política de jovens. Sentir-se pertencente a um grupo ou comunidade leva à identificação com suas respectivas demandas. Um sentimento de responsabilização oriundo de uma compreensão crítica da realidade, por sua vez, pode levar a uma ação ou mais ações capazes de afetar a coletividade. É nessa

intersecção que perpassa o conceito da política como ação e atuação que se desenvolve nos espaços nos quais circulam os jovens, onde eles vivem e convivem.

Podemos dizer que a participação social e política do jovem se relaciona a

[...] todas as experiências de comparecimento e de adesão dos jovens a um espaço de disputas em torno do que vai mal no seu entorno e na sociedade em geral, que os leva, conseqüentemente, a assumirem ações junto com outros em prol da igualdade, da justiça e da emancipação. (CASTRO, 2018, p. 254).

Considerando estes espaços, bem como a amplitude e diversidade da participação social dos jovens, reportamo-nos às mobilizações estudantis das décadas de 1960 e 1970, que segundo Bango (2003) possibilitaram o início de uma visibilidade da categoria juvenil como construção social. O inconformismo de grupos universitários que desafiavam o sistema político foi uma resposta à situação sociopolítica da América Latina e que evidenciou as contribuições dos jovens em nossa história contemporânea.

Na atualidade, a participação juvenil para assegurar o exercício da cidadania, da democracia e da justiça social não diz respeito apenas à política partidária, mas sim a todos os espaços nos quais circulam as juventudes, como família, escola, comunidade, entre outras. O envolvimento dos jovens relaciona-se mais às causas em que acreditam do que nas instituições às quais pertencem. Participações em agremiações escolares e partidos políticos coabitam novas formas e conteúdo de associativismo juvenil, que estão relacionadas às mudanças socioeconômicas pelas quais passa a sociedade (CARRANO, 2012).

Nos destaques dos artigos encontrados nesta RSL, as pesquisas realizadas por ocasião das ocupações ocorridas no ano de 2015 sublinham a relação entre participação social e juventudes quando se fala de uma pauta que afeta a vida cotidiana. A produção de Corsino e Zan (2017), Leite (2017), Severo e Segundo (2017) apontam para as ocupações ao mesmo tempo em que indicam questões relacionadas a aspectos democráticos como mobilização, autonomia e ativismo político. É neste sentido que se observa que a participação social dos jovens na sociedade também se referia a pautas progressistas como o reconhecimento de direitos da mulher, da juventude negra, da manifestação da diversidade sexual, entre outras que podem ser condicionantes de vulnerabilidades (FIGUEIREDO *et al.*, 2017) e estar relacionadas à problematização que eles fazem sobre os espaços que ocupam, a realidade em que vivem e as relações que estabelecem com a experiência de vida em todas as suas esferas.

A participação dos jovens, sua representatividade em projetos que tenham por objetivo o respeito à diversidade, bem como o reconhecimento da pluralidade do coletivo, é fundamental em tempos em que discursos generalistas atravessam o reconhecimento das diferenças. Na atualidade, diversos movimentos progressistas correm risco diante da dissipação de *fake news* e de uma dificuldade de compreensão crítica acerca da realidade e das dívidas sócio-históricas de determinados grupos sociais, levando muitos jovens a se identificar com o caráter sociopolítico de movimentos como os citados na pesquisa de Lucena, Caramelo, Silva (2019). Trata-se de uma importante temática em momentos como na atual onda neoconservadora que vai se instalando no Brasil e no mundo, preenchendo espaços que deveriam estar abertos para a discussão de um projeto de sociedade no qual os jovens tenham voz e participem ativamente de pautas democráticas. Na década de 1990, o sociólogo italiano Alberto Melucci já trazia que é sob forma de rede de diferentes grupos que

os movimentos juvenis tomam forma. “Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática.” (MELUCCI, 1997, p. 12-13).

É preciso ter um olhar longitudinal sobre como os jovens estão envolvidos na participação social, que não significa necessariamente a preparação para vida política. Logicamente que há uma importância na inserção político-partidária das ideias juvenis e as pesquisas de Okado, Ribeiro, Lazare (2018) e Martins e Barros (2018) coadunam esta perspectiva. Quando questões voltadas para o exercício de cidadania, da democracia e da justiça social tomam corpo através da manifestação de sujeitos que se reconhecem a partir de uma mesma ideologia, o local por onde transitam estes sujeitos constitui-se como um espaço para o surgimento de movimentos de resistência. Engajar passa a ser a postura no trabalho por potencialidades de promoção do diálogo diverso e luta por libertação (FREIRE, 1987).

O movimento de engajamento é uma preparação para o plano de ação diante de uma sociedade, no sentido de escolher marchas que agreguem à ação. Implica não somente consciência da realidade, mas também a luta pela transformação. E esta transformação requer o diálogo entre as diferenças, o que segundo Freire (1987) não significa dialogar em lugares de oposição. Na participação social das juventudes, é importante a sua representatividade em projetos que tenham por objetivo o respeito à diversidade, à pluralidade e à coletividade.

Estudos de juventudes e gerações poderiam se articular com estudos sobre a diversidade para pensar as diferentes dimensões da categoria juvenil. Também os aspectos referentes à territorialidade, como pontuado por Santibañez (2018), são fundamentais quando se observam discursos extremistas e generalistas ameaçando ou impedindo o reconhecimento da diversidade. Neste sentido, o papel da escola também estaria compreendido na territorialidade e seria fundamental por se constituir como um espaço de socialização política (BRENNER, 2018) a partir do qual se desenvolvem muitos dos movimentos estudantis (LUCENA, CAMELO, SILVA, 2019) que passam a fazer parte da vida de jovens que se sentem impelidos a participar ativamente de algum movimento social. Este também seria um espaço no qual as juventudes podem desenvolver uma voz capaz de discutir a realidade do mundo e impedir o arrefecimento das conquistas já alcançadas através de suas mobilizações.

## **Considerações finais**

A pesquisa acadêmica permite a busca por produções que tenham como objetivo uma abordagem mais aprofundada sobre determinado conceito e, especialmente, que tragam relações com referenciais teóricos na área de atuação. Para atender ao objetivo geral deste artigo de refletir a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura os recentes artigos acadêmicos que relacionam juventudes e participação social, identificamos as estratégias de busca e filtros utilizados nos repositórios digitais CAPES e SciELO, apresentamos alguns dos principais achados das produções acadêmicas encontradas na Revisão Sistemática de Literatura e analisamos os estudos de juventudes e participação social considerando as produções acadêmicas encontradas na Revisão de Sistemática de Literatura.

Verificou-se através dos artigos publicados no campo da educação uma abordagem voltada à formação cidadã, à construção de consciência crítica e à participação social dos jovens diante de temáticas que afetam sua vida cotidiana. A análise de produções acadêmicas abriu possibilidades para vários questionamentos, desde as especificidades da faixa etária em que se situam as juventudes no Brasil até o modo como se pode pensar a formação política desta categoria.

Abordamos algumas aproximações dos conceitos considerando a leitura e a identificação dos dez artigos acadêmicos que atenderam aos critérios descritos na metodologia desta pesquisa. Assim, apresentamos um breve panorama sobre os seus respectivos objetivos, metodologias e alguns resultados destas produções acadêmicas publicadas em revistas científicas entre os anos de 2017 e 2019.

A partir deste exercício, sensibilizamos ainda mais os nossos olhares como pesquisadores acerca das temáticas que nos tem despertado interesse e sobre as quais temos nos debruçado. Encontramos no engajamento, nos espaços de resistência, na diversidade e na territorialidade algumas possibilidades de articulação entre os conceitos de juventudes e participação social. Também observamos que esta participação social reflete a criticidade de um jovem consciente de seu papel de transformação.

Considerando a educação como nossa área de atuação, defendemos a necessidade de uma produção de conhecimento científico que, ao abordar as categorias juventudes e participação social, identifique as intersecções capazes de aproximar estes conceitos. Também seria interessante que novas RSL fossem realizadas considerando os estudos sobre as juventudes e outras temáticas que dialogam com este público a partir do aprofundamento das relações com as diferentes possibilidades de participação, tais como participação comunitária, participação democrática, entre outras. Defendemos ainda que o papel do pesquisador em educação deve ser crítico e reflexivo no enfrentamento de práticas hegemônicas, pautando-se no viés democrático como pressuposto das ações que desenvolvemos no âmbito acadêmico do mesmo modo que constatamos a participação social das juventudes.

## REFERÊNCIAS

ABAD, M. Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**. Valparaíso. v. 10 n. 16, mar., 2002. p. 117-152. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/udecada/v10n16/art05.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 19-35.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 33-55.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**, Brasília, DF, 5 ago. 2013b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014**. Brasília, DF: MJ/SNJ, 2015. 96 p.

BRENNER, A. K. Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. **Pró-Posições**. Campinas. v. 29 n. 1 (86), jan./abr., 2018. p. 239-266. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0120>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARRANO, P. A Participação Social e Política de Jovens no Brasil: Considerações sobre Estudos Recentes. **O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27\\_carrano1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27_carrano1.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

CASTRO, L. R. de. Participação Política e Juventude: Do Mal-estar à Responsabilização Frente ao Destino Comum. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 235-268, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CORSINO, L. N.; ZAN, D. D. P. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas. v. 19 n. 1, jan./mar., 2017. p. 26-48. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647751>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FIGUEIREDO, G. de O. *et al.* Discusión y construcción de la categoría teórica de vulnerabilidad social. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. v. 47 n. 165, jul./set., 2017. p. 796-818. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144312>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOUVEA, M. C. S. de. Fontes para escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant. **Pró-Posições**. Campinas. v. 30, jan./abr., 2019. p. 1-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0144>. Acesso em: 03 mar. 2022.

JÚNIOR, W. M. de O.; JÚNIOR, A. C. D.; MONTEIRO, A. (Des)ocupar é resistir?. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas. v. 19 n. 1, jan./mar., 2017. p. 3-5. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8648456>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LEITE, M. S. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas. v. 19 n. esp., jan./mar., 2017. p. 23-47. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i0.8647807>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LUCENA, J. M. de A.; CAMELO, J. C. P.; SILVA, S. B. da. Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. v. 49 n. 174, out./dez., 2018. p. 290-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146754>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. v. 26 n. 66, jun., 2018. p. 49-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266603>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e n. 6, mai-dez., 1997, p. 5-14. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a02.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pró-Posições**. Campinas. v. 29 n. 1 (86), jan./abr., 2018. p. 267-295. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0063>. Acesso em: 03 mar. 2022.

OKOLI, C. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan-dez, 2019. p. 879-910. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748/359>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OLIVEIRA, V. H. N. Juventudes e Educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 – 2019). **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 358–372, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2279>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PELLIZZER, C. S. R. Contribuições sobre a relação juventude e Ensino Médio nas edições da anped sul (1998-2014) - um Estado da Arte. **Revista Diálogos**. Brasília, v. 20, n.1, nov, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/7099/4801>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PETROLA, D. A. F.; NASCIMENTO, V. S. do. Participação e sustentabilidade: reflexões sobre uma pesquisa-intervenção com jovens no semiárido cearense. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis. v. 15, n. 1, jan./abr., 2018. p. 36-55. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n1p36>. Acesso em: 03 mar. 2022.

QUINTEIRO, I. T.; ALVES, M. J. de M. Juventudes em conflito com a lei: uma revisão sistemática acerca das produções sobre a política de socioeducação em meio aberto. **Mnemosine**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 01, 2022, p. 19-41. Disponível em: <https://www.e->

[publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/66381/41715](http://publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/66381/41715). Acesso em: 17 jul. 2022.

SANDES, A. J. S.; ALVES, A. E. S. Panorama da literatura científica sobre a juventude rural no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 06, n. 01, 2021, p. 180-193. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/download/249160/38262>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTIBAÑEZ, I. H. Ativismo da Juventude no Chile: das desigualdades educacionais urbanas às experiências de convivência e de solidariedade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 43 n. 3, jul./set., 2018. p. 837-863. Disponível em: [http://old.scielo.br/pdf/edreal/v43n3/pt\\_2175-6236-edreal-43-03-837.pdf](http://old.scielo.br/pdf/edreal/v43n3/pt_2175-6236-edreal-43-03-837.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

SEVERO, R. G.; SEGUNDO, M. A. C. S. #Ocupatadors - Socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas. v. 19 n. 1, jan./mar., 2017. p. 73-96. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647792/15201>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SILVA, W. T. da; BAPTISTA, P. A. N.; SIQUEIRA, G. do P. A Conferência de Puebla: contexto e papel da juventude e da educação. **Horizonte**. Belo Horizonte. v. 17 n. 54, set./dez., 2019. p. 1426-1457. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2019v17n54p1426>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**. São Paulo. v. 5 n. 1/2, 1993. p. 161-178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>. Acesso em: 15 mar. 2022.